

De amadores e diletantes eruditos a pesquisadores de ofício nos 50 anos de estudos das Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará

Paulo Elpídio de Menezes Neto

Universidade Federal do Ceará, Brasil

pedmn@globocom

“O diploma é e sempre foi o hímen social de universitários sem função. E irrelevância funcional, porém nunca foi sinônimo de ineficácia, e o bailado simbólico das fórmulas acadêmicas [...] dá lugar, ao fim e ao cabo, a algum ordenamento de camadas de pessoas e afazeres, a que está associada uma escala de recompensas de prestígio e renda”. Wanderley Guilherme dos Santos (1999, p. 9).

Nunca é demais, tampouco fora de tempo, para a renovação de registros esquecidos pelo descuido das pessoas. É como reiterar a celebração de votos beirando a caducidade, à maneira das pessoas de fé, assediados pela dúvida e pelas tentações do esquecimento.

Volto a assinar um texto na *Revista de Ciências Sociais* da UFC, quarenta anos da publicação da última colaboração. É que a vida e

os caprichos do destino nos apontam caminhos inesperados, e as novas revelações abrem espaço entre velhas afinidades engolidas pelo tempo.

Que não se vejam nesse contraponto tardio laivos de vaidade ou reclamação penitente pelos privilégios ou precedências perdidos. Não se trata de despertar, com esses exercícios recolhidos de memória, solidariedades cúmplices, mas de um esforço para refrescar lembranças adormecidas.

A “Revista” nasceu de um projeto alimentado a dois, unindo o talento de Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, brilho persistente de minha geração, às minhas curiosidades intelectuais e à experiência acumulada com as artes da tipografia, que, por esse tempo, imprimir livros, folhetos, revistas e panfletos era técnica quase gutenberguiana. A cumplicidade cultivada ganhou outros espaços e fortaleceu-se mutuamente com amizade nascida na infância, entre laços ralos de parentescos entre Bezerras e Menezes, fundados lá pelas serras carririenses, entre jagunços e gente branca, de discutível progênie, *mélange étnica* que constitui, pelo menos de minha parte, orgulho mestiço de muitas raízes.

Recuperando a memória e os lapsos ocasionais

Nestes 50 anos transcorridos, os laços de cumplicidade intelectual se ampliaram em iniciativas que, vistas à distância, tanto tempo decorrido, nos parecem hoje irrealizáveis à época em que foram jovialmente cometidas, uma mistura ingênua de coragem e irresponsabilidade, irrefletidamente apascentadas. Meio século, esse foi o tempo consumido para que hoje pudéssemos recuperar memória e lapsos, ocasionais ou intencionais que a História dos homens se faz por um

contínuo “deslembamento” de fatos e circunstâncias – fria contabilidade de perdas e ganhos, ameaças e iniciativas lançadas em despojos indigentes.

Pois bem, por aqueles tempos, Fortaleza guardava ainda as cores de um lugar mal-saído das dobras de um provincianismo bucólico que lhe emprestava certa sedução e ao recolhimento pelas coisas menores, vividas com a dissimulação dos simples. Era uma cidade com poucas almas, dotadas de algumas instituições que enchiam de orgulho as famílias bem nascidas e de pasmo e submissão a periferia social que ocupava os vazios deixados pelos homens (e mulheres) de abastança e de “boa origem” celebradas, a burguesia que lia os almanaques de publicidade dos magazines parisienses e de lá fazia vir roupa, jóias, sapatos, adereços – e até livros. Já não era a Fortaleza retratada por Pedro Nava, em “Baú de Ossos”, certamente. Conservava, entretanto, os modos de uma velha senhora saudosa de seu passado, vaidosa do que lhe restara, e embaraçada com as vicissitudes de um futuro anunciado pelas notícias que lhe chegavam de longe, da Metrópole que já fora sede do reino e continuava, em sucessivas tentativas republicanas, entreposto das novidades da civilização.

A primeira universidade nascera, no Ceará, na década de 1950. A vida intelectual guardava íntima associação com os fastos sociais; o mecenato privado enfiara-se pelas dobras da máquina do Estado, a imprensa, com filiação política ou confissão religiosa mal dissimulada, ensaiava os primeiros passos na modernidade pressentida.

As oligarquias ganhavam ares metropolitanos, urbanizavam-se, os filhos substituíam os pais: entravam pela boca de cena, antes ocupada pelos ancestrais, graças aos cabedais de herança dos bens de raiz ou pela prosaica imposição do DNA cartorial. Dissimulavam-se os velhos bacamartes dos potentados sertanejos escondidos pelos propósi-

tos amansados pela conveniência -- e buscavam-se o poder em relações notórias dos interesses compartilhados. A propriedade da terra assumira o papel de um cheque ao portador, cedera a vez à acumulação dos negócios prestamistas e às novas dinâmicas do Capital. A propriedade da terra, já por esse tempo, preservava o valor afetivo e o orgulho de uma nobreza ancestral. O comércio, sim, que por aqueles tempos o negociante era cidadão respeitado pelos seus haveres; mas não era, ainda, na acepção que lhe emprestamos hoje, o “empresário”, visto na perspectiva de quem gera empregos, à custa – desvelada prática -- de seus dividendos, socialmente compartilhados...

Discutia-se, entre sociólogos desocupados, tão poucos eram assim os sociólogos naqueles tempos, a propósito de uma tese provocativa, vista com confessada suspeita e desdém pelos homens práticos. A muitos parecia que, no Ceará, desde tempos imemoriais, todo trabalho produtivo ou não terminava por converter-se em comércio, na atividade tão cara aos fenícios, da “mercancia”. Tudo, por aqui, conduzia ao comércio. Assim frutificavam novos empreendimentos e vitoriosas ocupações econômicas e sociais. Comerciantes eram, por sua natureza, “comerciantes”, o que poderia parecer um pleonasma, não vivêssemos entre cearenses; fazendeiros, prestamistas e políticos. Os primeiros industriais das antigas manufaturas, e as gerações imediatas, livreiros, advogados, merceeiros, médicos, contratantes de obras públicas -- eram, por índole, comerciantes, como o eram os vendedores de livros no Oriente: tornavam-se mercadores de livros e não livreiros... Os mais céticos concluía, entretanto, que nada, deveras, mudara, até mesmo o setor terciário moderno e os serviços seguiam vocação ancestral para a mercancia. Esse panorama mudou, não há porque duvidar, ainda que persistam velhos nichos de mercancia, nos pequenos negócios de secos e molhados e nos “grupos” de largos ca-

pitais e empresas mínimas de uma frágil economia “submarina”... Como sempre fomos atraídos pelo progresso, pelos seus aspectos formais, exteriores, incorremos no risco de pormos os pés nos degraus da modernidade, presos ao passado das nossas origens. De sermos “industriais” sem termos deixado de ser “negociantes”...

As profissões “imperais” e o que delas restava: as Ciências Sociais são, de fato, uma profissão?

Os bachareis mandavam e dispunham da autoridade e ocupavam as funções mais relevantes, na política e na magistratura. Naquela Fortaleza apagada da memória e dos vestígios urbanos, médicos moravam na Aldeota, como convinha a pessoas de distinta linhagem, e exercitavam seus vastos conhecimentos na arte de Hipócrates, como se dizia com ênfase retórica, em “casas de saúde” privadas, e compunham a renda familiar nos ambulatórios do IPASE e do INPS... Os engenheiros eram a face moderna que se contrapunha ao bacharelismo dominante. Eram construtores e ladrilhadores inventivos, e respondiam, reação temerária, brandindo com altivez – os saberes da matemática! A fé e as artes da guerra, representadas nas profissões conventuais e castrenses inspiravam as famílias e a formação de seus filhos. As meninas estudavam no Rio de Janeiro, no Sacré-Coeur ou no Sion, preferência das famílias de raiz – e por lá, entre freiras estrangeiras e abluções de catequese, aprendiam francês e inglês e os bons modos que deviam ornar as virtudes de uma moça educada. A burguesia “arranjada” ficava por aqui mesmo, entre colégios confessionais e as escolas públicas. O Seminário Arquidiocesano e o Liceu do Ceará dividiam as glórias dos bens da Fé e das benesses do Estado. A Marinha apresava marujos para os lados do Pirambu, na velha Escola

de Aprendizizes; o Exército, recolhia cadetes daqui e de outros estados. E para quem faltavam meios, mas sobravam vocação e espírito ordeiro restava, sempre, a sedução das armas de pré dos quartéis ou da carreira policial.

Era o tempo quando se formavam jovens estudantes em faculdades e escolas, algumas já acolhidas pela universidade federal, outras, indulgentes na distribuição dos canudos almejados, por obra da iniciativa privada. De lá saíam, em pequenas e comedidas levas, cirurgiões-dentistas, bacharéis em direito, farmacêuticos, agrônomos, os primeiros médicos, economistas, contadores, licenciados em línguas antigas e modernas, em filosofia e história e geografia, engenheiros, mais recentemente – e os primeiros arquitetos.

A Reforma Universitária confere direitos de cidadania às Ciências Sociais na UFC: “profissão liberal” ou “liberal arts”?

Já não eram poucas as profissões de nível superior “reconhecidas” e “regulamentadas”, entre elas, as que se designavam “profissões liberais”. Mas não se formavam bacharéis ou licenciados em Ciências Sociais. A Sociologia, Antropologia, Ciência Política eram patrimônio comum, saíam da “roda dos expostos” qual criança abandonada, sem paternidade definida. Constituíam veleidades de poucos curiosos, pretensos eruditos, que buscaram inspiração nos rodapés das leituras de textos jurídicos ou filosóficos, no refúgio da dogmática teológica – ou por obra dos rigores da militância, que já existia e lia e citava Marx e Engels aos quatro ventos para uma platéia deslumbrada que se extasiava com tamanha erudição... Ademais, essas douradas e singulares disciplinas não eram levadas muito a sério. Esses misterio-

sos domínios assemelhavam-se a “terra sem dono”, ao grande “salão dos passos perdidos”, assimilados a alguns simplórios exercícios de folclore ou tímidas incursões pela crônica histórica. Sequer eras associadas às “profissões liberais” por faltar-lhes precisamente os elementos essenciais que as caracterizavam historicamente (SANTOS, 1999, p. 10): exerciam-nas “o indivíduo que, ademais de Liberdade política, gozava de boa situação material, o que lhe permitia dedicar horas de lazer ao estudo ou, mais precisamente, às artes liberais...”. Para muitos, eram tidas como práticas ilustrativas, mero apêndice da literatura, repositório de palavras adequadas a citações de roda-pé de página, um mimo de erudição, mais valiosas se transcritas em latim, alemão ou francês. Houve tempo, entretanto, em que chegaram a ser consideradas como práticas suspeitas, exercícios nada obsequiosos, heréticos para alguns, segundo os dogmas da fé; ou subversivos e insurgentes, segundo os códigos da ordem e da segurança do Estado.

O primeiro antropólogo, ligado aos ensaios de Boas pela origem de sua formação de engenheiro, foi Thomaz Pompeu Sobrinho, diligente estudioso e propagador, entre nós, da Antropologia Física. Não lhe faltou fôlego, todavia, para ensaiar os primeiros passos pela sua vertente cultural. Criou, com Martins Filho, reitor, o Instituto de Antropologia da UFC, por volta de 1956, formou uma vasta biblioteca especializada nesse campo, incorporou a coleção Artur Ramos de peças e máscaras africanas e as rendas de bilro colecionadas por sua esposa, Luiza Ramos. Os primeiros sociólogos, como registrei em livro recente, migram de outras greis acadêmicas; e os cientistas políticos se fizeram entre bacharéis e estudiosos de Direito Constitucional, Teoria Geral do Estado e disciplinas correlatas. Eram professores que desenvolviam programas poucos inovadores, repetiam velhas sebentas gastas. Exceções distinguidas foram, entretanto, guardadas em

nossas lembranças: Paulo Bonavides, Alcântara Nogueira... Outros haveriam de seguir os seus passos em seus domínios de especialidade.

O regimento interno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da já UFC incluía o currículo do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. O projeto se tornou oficial e foi desenvolvido com a primeira turma de alunos em Ciências Sociais, cujo ingresso se daria naquele ano. Coube a Florestan Fernandes a organização do currículo, ainda em 1963, antes da instalação dos governos militares, em 1964.

Estávamos pelos anos 1968, quando a Reforma Universitária foi implantada nas universidades federais. O princípio central do projeto levado a termo proibia “a duplicação de meios para o mesmo fim”, e criava o sistema acadêmico departamental, estrutura comum às principais universidades do mundo. As atribuições associadas diretamente ao ensino e à pesquisa passavam a ser, a partir de então, da inteira competência do “departamento”. Acima dessa instância, fora criado o “conselho departamental” ao qual se reportavam os departamentos, segundo uma linha hierárquica notadamente acadêmica.

A nova estrutura desenhada com a reforma impunha a unificação de áreas diversas de conhecimento em um mesmo departamento, guardadas as suas afinidades e íntimas correlações. Evitar-se-ia, como ocorreu, a duplicação de meios materiais e humanos para o cumprimento de tarefas idênticas. Na área das Ciências Exatas e Médicas, a medida demonstrou resultados indiscutíveis. De quatro ou cinco laboratórios e grupos de docentes em Química e Física, por exemplo, foi possível reduzi-los a uma única unidade. Os laboratórios foram ampliados, diversificados, em termos de equipamentos e insumos, além de docentes e pesquisadores, de modo a que pudessem atender às atividades de pesquisa básica e aplicada e às demandas de disciplinas por numerosos cursos.

Marcando território e influências ameaçadas

Na área das Ciências Humanas aconteceria o mesmo. Não sem uma árdua e quase invencível oposição dos docentes responsáveis pelas disciplinas “aplicadas”. Professores com exercício nas disciplinas de Ciências Sociais oferecidas a numerosas unidades escolares, no curso básico e entre disciplinas profissionalizantes, insurgiram-se contra a medida. Recusavam-se a desligar-se de seus grupos de convivência para serem “lotados” anonimamente em um Departamento de Ciências Sociais, cuja heterodoxia intelectual alimentava, na universidade, receios e graves perplexidades. Buscavam-se argumentos convincentes com amparo nas razões didáticas e das suas aplicações, e na amplitude e nos conteúdos de suas disciplinas. A discussão mergulharia, por muito tempo, em uma ampla disputa e beirou ingentes controvérsias provinda da origem dos tempos, para os lados da Grécia e dos enciclopedistas do Iluminismo: a divisão das ciências e de sua rica metodologia... Na verdade, o argumento central era omitido, por indeclinável: cada um dos insurgentes pretendia guardar os seus direitos de precedência e o seu poder no círculo da sua grei acadêmica de origem. Ademais, admita-se, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, filósofos e historiadores, para não nos alongarmos nessa cansativa enumeração de campos, disciplinas e saberes por demais suspeitos do conhecimento humano, não eram aceitos como profissionais e provavelmente ainda não constituem o que vulgarmente se poderia nomear de “profissão”. Insinua, a propósito, Wanderley Guilherme dos Santos (1999, p. 20): “...nossas elites, vá lá, macaqueavam o que ia então pelo mundo, das polainas ao anel de grau. A busca do singular, discreto, personalizado está em toda parte, no século XX: na nascente antropologia, na teoria da história...”.

Como é de nossa cultura jamais confrontar interesses, antes, conciliamo-los e justificamos as razões que os explicam, sociólogos e cientistas políticos “aplicados”, como economistas e outros docentes permaneceram, à sombra de uma reforma longamente administrada, em seus domínios de origem, no acendrado exercício de uma Sociologia para alunos de Direito e “cientistas políticos” afinados com as propriedades específicas dos caprichos da constitucionalidade... O que não foi mal, admitamos com respeitosa contrição.

A constituição do Departamento de Ciências sociais e Filosofia pôde, assim, seguir a convergência natural da atração de talentos vocacionados para as suas áreas de especialidade, circunstância que levaria naturalmente à fixação de seu trabalho acadêmico em áreas restritas da Sociologia, da Antropologia e da Ciências Política, com investidas pelo campo da Filosofia e da História. Fixação não seria, certamente, a palavra adequada, uma vez que os campos de estudos, com inspiração interdisciplinar cada vez mais ampla, ofereciam a oportunidade de novas e aprofundadas incursões teóricas e práticas, a partir da pesquisa de campo, do cerco diligente às fontes primárias e do ensaio de hipóteses aplicadas a questões regionais.

Descrevi essa evolução como a passagem, a translação de um certo diletantismo erudito para a prática regular das aplicações teóricas e a situações objeto da observação científica nos diversos campos de estudos das Ciências Sociais.

O Curso de Ciências Sociais, em sua opção inicial de Licenciatura, não aliviou o Departamento por ele responsável de numerosas atribuições docentes, decorrentes de demandas que se produziam em numerosos outros cursos de graduação da UFC e do Ciclo Básico. Nessa instância inicial por ocasião do ingresso na universidade, após a seleção operada à época pelo vestibular, eram oferecidas várias disci-

plinas, entre elas, Sociologia, História e Filosofia, dentre outras que compunham o amplo leque de matérias a cargo do Departamento.

Ao primeiro grupo de docentes, recrutados entre técnicos do Instituto de Antropologia juntaram-se docentes do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No livro já referido, recentemente publicado, menciono (MENEZES NETO, 2018) nominalmente os primeiros integrantes do Departamento de Ciências Sociais. Outros, de proveniência variada, foram sendo incorporados, muitos portadores de certificados de cursos de especialização e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) realizados no Sul do País e em outros países.

O Programa de Aperfeiçoamento de Pesquisadores Sociais do Nordeste – PRAPSON, criado em 1968, sob a coordenação do professor Hélio Barros e, em seguida, pela professora Teresa Frota Haguette, assinala o ingresso do Departamento no plano de estudos avançados, em nível de pós-graduação. De início, em nível de *lato sensu*, embrião dos Programas de Mestrado e Doutorado, criados a partir de 1982.

A *Revista de Ciências Sociais* é marco significativo do crescimento da produção científica do Departamento, cuja publicação se faz ininterruptamente desde a sua fundação, em 1970. Fundada por Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes e Paulo Elpídio de Menezes Neto, seus editores durante largo período.

A criação do Departamento de Ciências Sociais, nos idos de 1968, com a migração dos professores das disciplinas de Ciências Sociais, antes lotados no Departamento de Educação, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFC, foi encorajada, no âmbito da universidade, pela contribuição inestimável da UNESCO. Atendendo à solicitação formulada individualmente pelos professores Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes e Paulo Elpídio de Menezes Neto, o embaixador

Carlos Chagas, delegado permanente do Brasil naquele órgão internacional, autorizou a constituição de uma “Missão Técnica” enviada ao Brasil, à qual coube realizar a avaliação das condições acadêmicas do Departamento e a massa crítica em formação de sua força docente. Dessa visita resultaria a aprovação de amplo projeto de fomento e financiamento que se estenderia por alguns anos, e garantiria a vinda de professores visitantes, bolsas de estudos para docentes brasileiros, ampla cooperação no desenvolvimento de estudos de interesse comum e a doação de livros e periódicos para a biblioteca.

Esses aportes e muito do esforço desenvolvido com a participação do grupo de origem do Departamento e dos que se foram a ele associando não teriam, entretanto, gerado os resultados produzidos sem a presença e a capacidade de liderança do professor Luiz Fernando Raposo Fontenelle.

Pesquisador do Museu Nacional do Rio de Janeiro e da Fundação SESP, o antropólogo Luiz Fernando Raposo Fontenelle promoveu importante mobilização científica à frente do grupo que se foi formando sob a sua orientação na UFC. Exerceu as funções de diretor do Instituto de Antropologia e do Departamento de Ciências Sociais e orientador de pesquisas. Treinou numerosos alunos e docentes em atividades de campo e publicou vários livros sobre as suas experiências de antropólogo no Ceará, entre eles, estudos de grande abrangência no campo da Antropologia Cultural na região da Ibiapaba. Fontenelle permaneceria na UFC até a sua aposentadoria, quando regressou ao Rio de Janeiro, circunstância que não o afastaria, até o seu desaparecimento, das suas tarefas como professor e orientador de alunos de mestrado e doutorado nas áreas de sua especialização. Fontenelle foi professor visitante da Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos e da Universidade François-Rabelais, de Tours, França, e titular

de um Doctorat d'État.

Tampouco se poderia omitir a colaboração permanente e dedicada de sociólogos e antropólogos estrangeiros e brasileiros que exerceram atividades de pesquisa e magistério no Departamento e na Faculdade que lhe deu continuidade: Jean Duvignaud, Georges Balandier, Jean Ziégler, Edgar Morin, Irène Morin, Belden Paulson, Sidney Greenfield, Glaucio Dillon Soares, Vamireh Chacon, Neuma Aguiar Walker, Roberto Da Mata, Roberto Cardoso de Oliveira, José Pastore, entre muitos outros.

Os 50 anos das Ciências Sociais na UFC, assim genericamente designados, comemorados neste ano de 2018, falam bem do esforço de seus fundadores e dos que se foram incorporando ao trabalho coletivo, às vicissitudes compartilhadas, às conquistas de jovens talentos bem realizados, aos anos de duro plantio e à colheita de tão bons resultados que, hoje, comemoramos.

Das vicissitudes e amargas vigílias, nos anos perdidos de inquisição ideológica, que a todos alcançou e frustrou em suas fantasias generosas ou hesitações confessadas, abster-me de as exibir, aqui. Não as omiti, entretanto, relatei-as com o sabor de coisas envelhecidas, nas páginas dos vertiginosos relatos reunidos nos “Exercícios indisciplinados sobre propósitos imprudentes e temerárias intenções: a UFC em tempos de riscos anunciados e prováveis incertezas” (MENEZES NETO, 2018) que livro não é, memória, quase poderia ser; depoimento, provavelmente, embora sem os contraditórios bem comportados. Enfim, há de ser um texto razoavelmente inclassificável se a tanto chegarem a coragem e o desprendimento para o sacrifício da leitura...

Referências

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Prefácio. In: COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MENEZES NETO, Paulo Elpídio. *O Ceará e suas universidades*. Fortaleza: Oficina da Palavra, 2011.

_____. *A universidade possível*. Fortaleza: Oficina da Palavra, 2011.

_____. *Exercícios indisciplinados sobre propósitos imprudentes e temerárias intenções: A UFC em tempos de riscos anunciados e prováveis incertezas*. Fortaleza: Oficina da Palavra, 2018.

Resumo:

Texto-depoimento e narrativa de fatos e circunstâncias que cercaram a criação do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, ligado ao Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará e a sua transformação na Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia. A narrativa recupera o cenário sócio-cultural de Fortaleza, nos longínquos anos de 1950, as circunstâncias assinaladas, personagens e atores destacados da vida intelectual, as instituições que lhe deram vida e cor, os fatores políticos condicionantes, enfim, que motivaram o advento da primeira universidade cearense. Registra aspectos de relevo da implantação da Reforma Universitária de 1968, inspirada em modelo norte-mericano, e a sua repercussão institucional na UFC, com alteração substancial de sua estrutura organizacional e a adaptação das funções acadêmicas e de pesquisa a uma nova matriz ordenadora, legal, conforme regras e definições estatutárias adotadas a partir de então. Em decorrência, reuniram-se as disciplinas e campos de conhecimento das ciências sociais em unidade orgânica específica, pela associação de atividades docentes paralelas, antes disseminada por várias escolas e faculdades na UFC. Registra-se com destaque a rica colaboração dispensada pela UNESCO, mediante bolsas de estudo para especialização de docentes, insumos bibliográficos e a realização de missões de especialistas franceses das áreas de estudo e pesquisa correspondentes. O texto opera síntese de um largo percurso, e envolve as atividades desenvolvidas em duas décadas, período durante qual o autor exerceu funções docentes e de pesquisa, associadas a encargos administrativos, no exercício das funções de Diretor de Faculdade, chefe de departamento, pró-reitor de pesquisa e pós-graduação e reitor da UFC.

Palavras-chave: Fortaleza; reforma universitária; departamento; faculdade; UFC; ensino; pesquisa.

Abstract:

Testimonial text and narrative of facts and circumstances that surrounded the creation of the Department of Social Sciences and Philosophy, under the Humanities Center of the Federal University of Ceará and its subsequent transformation into the Faculty of Social Sciences and Philosophy. The narrative recaptures not only the socio-cultural scene of Fortaleza in the distant years of the 1950s, as well as the important events, characters and outstanding actors of the intellectual life, the institutions that gave it life and color, the prevailing political factors that in short led to the advent of the first university of Ceará. The text registers important aspects related to adoption of the University Reform of 1968, inspired by a North American model, and its institutional repercussion in the UFC, with a substantial change in its organizational structure and adaptation of academic and research functions to a new legal, ordering matrix, according to rules and statutory definitions followed from then on. As a result, disciplines and fields of knowledge of social sciences were united in a specific organic unit, by association of parallel teaching activities, previously disseminated by several schools and colleges in the UFC. The rich collaboration provided by UNESCO is highlighted, through scholarships for the specialization of teachers, bibliographical materials and the accomplishment of missions of French specialists in the corresponding fields of study and research. The text works a synthesis of a long journey, and involves the activities developed in two decades, during which the author exercised teaching and research functions, associated with administrative duties, in the exercise of the functions of faculty director, department head, deputy to rector in charge of research and post-graduation and rector of the UFC.

Keywords: Fortaleza; university reform; department; faculty; UFC; teaching; research.

Recebido para publicação em 08/01/2019.

Aceito em 24/02/2019.